gressar à efectividade do serviço desde que tenham pelo menos seis meses de permanência nessa situação;

Considerando que se não pode prever no orçamento a verba necessária para os encargos correspondentes ao regresso desses officiaes à efectividade do serviço, visto não se poder conhecer o seu número;

Tornando-se necessário evitar as transferências de verbas dentro do orçamento;

Mas considerando que circunstâncias se podem dar em que seja de equidade e de justiça ser concedido aos officiaes o regresso ao serviço efectivo;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Fica suspenso, até legislação em contrário, o regresso à efectividade do serviço dos officiaes na situação de adidos, com licença ilimitada.

§ único. Pode em casos devidamente justificados ser concedido pelo Ministro da Guerra o regresso à efectividade do serviço áqueles officiaes que, estando de licença ilimitada há mais de seis meses, o requeiram até 31 de Dezembro de cada ano, sendo porém só efectivado a partir de 1 de Julho seguinte, desde que a competente verba seja inscrita no orçamento.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 13 de Julho de 1928.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*José Vicente de Freitas—José da Silva Monteiro—António de Oliveira Salazar—Júlio Ernesto de Morais Sarmiento—Anibal de Mesquita Guimarães—António Maria de Bettencourt Rodrigues—José Dias de Araújo Correia—José Bacelar Bebiano—Duarte Pacheco—Joaquim Mendes do Amaral.*

3.ª Repartição

Decreto n.º 15:715

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições: hei por bem decretar que seja extensiva às testemunhas referidas no artigo 22.º do decreto n.º 11:496, modificado pelo decreto n.º 14:213, a obrigação de satisfazerem o pagamento das anuidades da taxa militar em dívida pelos seus afiançados, logo que a autoridade militar que conferir a licença tenha conhecimento da respectiva importância, sem prejuizo da responsabilidade que ainda ulteriormente possa ser-lhes exigida pela execução da sentença proferida no processo respeitante às taxas em dívida que corra seus termos no tribunal de execução fiscal competente.

Os Ministros de todas as Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 13 de Julho de 1928.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*José Vicente de Freitas—José da Silva Monteiro—António de Oliveira Salazar—Júlio Ernesto de Morais Sarmiento—Anibal de Mesquita Guimarães—António Maria de Bettencourt Rodrigues—José Dias de Araújo Correia—José Bacelar Bebiano—Duarte Pacheco—Joaquim Mendes do Amaral.*

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E COMUNICAÇÕES

Direcção Geral das Indústrias

1.ª Repartição Industrial

Decreto n.º 15:716

Nos termos do artigo 12.º do decreto n.º 14:834, de 5 de Janeiro de 1928, que remodelou as bases da administração da Nacional Fábrica de Vidros da Marinha Grande; e

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta do Ministro do Comércio e Comunicações:

Hei por bem decretar:

Artigo 1.º É aprovado e mandado pôr em execução o regulamento da administração da Nacional Fábrica de Vidros da Marinha Grande, que faz parte do presente decreto e vai assinado pelo Ministro do Comércio e Comunicações.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro do Comércio e Comunicações assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 13 de Julho de 1928.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*José Dias de Araújo Correia.*

Regulamento da administração da Nacional Fábrica de Vidros da Marinha Grande

TÍTULO I

Do administrador da Fábrica

Artigo 1.º Competem ao administrador da Fábrica todos os actos de gerência que tenham por fim a boa laboração da Fábrica e a disciplina do pessoal, e em especial:

- a) Dirigir e fiscalizar o serviço officinal e a secretaria;
- b) Promover e fiscalizar a venda dos produtos manufacturados e a arrecadação das receitas;
- c) Autorizar o pagamento dos ordenados, salários e outras despesas que tenham o carácter normal;
- d) Admitir, despedir e conceder licenças ao pessoal operário e aplicar-lhe as penalidades que os regulamentos estabelecerem;
- e) Adquirir as matérias primas e os materiais necessários para a laboração normal da fábrica;
- f) Submeter á comissão consultiva os projectos de obras e respectivos cadernos de encargos que representem alterações da Fábrica e envolvam despesas superiores a 5.000\$;
- g) Elaborar e mandar pôr em execução, mediante aprovação da comissão consultiva, os regulamentos officinaes e de serviço interno da Fábrica;
- h) Corresponder-se com as entidades officiaes e particulaes sobre todos os assuntos da Fábrica;
- i) Dar cumprimento ou expediente às deliberações da comissão consultiva, nos termos do artigo 9.º

Art. 2.º O administrador da Fábrica será substituído, na sua ausência ou impedimento:

- a) Pelo mestre geral da Fábrica, no que respeita aos serviços do fabrico e do expediente normal da mesma;
- b) Por um dos vogais da comissão com residência na

Marinha Grande, no que respeita aos serviços de administração e outros que competem ao administrador.

§ único. O vogal que substituir o administrador receberá, pelos fundos da fábrica, uma gratificação por cada dia útil de serviço, de importância igual à que lhe compete pela sua assistência às sessões da comissão consultiva.

TÍTULO II

Da nomeação, substituição e duração de mandato dos vogais e do funcionamento da comissão consultiva

Art. 3.º O delegado da Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas será nomeado pela mencionada Direcção Geral.

§ único. Este delegado será substituído, na sua falta ou impedimento, pelo seu adjunto ou por um outro seu representante.

Art. 4.º O delegado do município será nomeado pela respectiva câmara e as suas atribuições durarão três anos.

§ único. Este delegado será substituído, na sua falta ou impedimento, por um outro vereador nomeado pela mesma câmara.

Art. 5.º Os operários da fábrica elegerão, de entre eles, o seu delegado efectivo e um substituto, cujas atribuições durarão três anos.

§ 1.º Para os efeitos deste artigo consideram-se eleitores da fábrica todos os empregados e operários maiores de 21 anos que tenham pelo menos um ano de serviço na fábrica.

§ 2.º Na falta ou impedimento do delegado efectivo entrará em exercício o delegado substituto.

Art. 6.º As reuniões da comissão consultiva realizar-se-hão na secretaria da Fábrica, que funcionará como secretaria da comissão. A sua convocação será feita pelo presidente da comissão e as sessões serão ordinárias e extraordinárias.

a) As sessões ordinárias realizar-se-hão uma vez em cada mês.

b) As sessões extraordinárias realizar-se-hão sob proposta de dois vogais pelo menos da comissão, apresentada ao presidente, ou quando for determinado pela Direcção Geral das Indústrias.

Art. 7.º Na sua primeira reunião a comissão consultiva elegerá o vogal que há-de servir de secretário e assim procederá também na sua falta ou impedimentos.

Art. 8.º As sessões da comissão consultiva devem estar presentes quatro vogais pelo menos, incluindo sempre o administrador da fábrica.

Art. 9.º As deliberações da comissão consultiva tomadas por unanimidade de votos sobre assuntos de carácter administrativo tornam-se executivas, devendo o administrador da fábrica dar-lhes cumprimento. As que não forem tomadas por unanimidade ou que se referirem a assuntos sobre que tenha sido mandada ouvir pelo Ministro ou pela Direcção Geral das Indústrias serão submetidas a esta Direcção Geral. Os vogais que assinarem «vencido» deverão fazer sempre a declaração justificativa do voto ou apresentar parecer em separado.

Art. 10.º Das deliberações da comissão consultiva serão lavradas actas em livro especial.

Art. 11.º O expediente para a convocação das sessões da comissão consultiva e das deliberações tomadas será feito na secretaria da Fábrica.

TÍTULO III

Das atribuições da comissão consultiva

Art. 12.º Compete à comissão consultiva colaborar com o administrador da fábrica na adopção das provi-

dências necessárias para a laboração e funcionamento e para obter o máximo rendimento dela, e em especial:

- A) Dar parecer sobre:
 - a) Os assuntos relativos à Fábrica que sejam submetidos à sua apreciação pela Direcção Geral das Indústrias ou por algum dos membros da mesma comissão;
 - b) A admissão do pessoal burocrático, técnico e especializado para a direcção superior das oficinas;
 - c) A aquisição dos mecanismos, utensílios e material que representem alterações do fabrico até a quantia de 20.000\$;
 - d) As obras que representem alterações da fábrica e envolvam despesas até 20.000\$;
 - e) O levantamento dos fundos necessários para a laboração da fábrica;
 - f) Os regulamentos officinais e de serviço interno da fábrica;
 - g) Os contratos de arrendamento dos terrenos e outros bens da fábrica, da venda de frutos das suas propriedades e da venda dos artigos ou maquinismos incapazes de servir.
- B) Fiscalizar a escrituração da fábrica e apreciar os balancetes mensais do Razão;
- C) Representar à Direcção Geral das Indústrias sobre os assuntos que respeitem ao desenvolvimento do fabrico ou laboração da fábrica, sobre os quais devam ser tomadas providências que excedam os limites das suas atribuições;
- D) Submeter à Direcção Geral das Indústrias a proposta sobre a distribuição dos lucros.

Art. 13.º Ao presidente da comissão consultiva compete, além das funções que pertencem aos restantes vogais da comissão, especialmente o seguinte:

- a) Convocar as sessões da comissão, tanto ordinárias como extraordinárias;
- b) Informar mensalmente a Direcção Geral das Indústrias, e extraordinariamente sempre que as circunstâncias o aconselhem, em relatório sucinto, sobre o estado e andamento dos serviços da fábrica, fazendo as considerações que julgar convenientes;
- c) Submeter à Direcção Geral das Indústrias os pareceres que não tiverem voto unânime dos vogais presentes às sessões da comissão consultiva.

Art. 14.º Aos vogais delegados da Direcção Geral dos Serviços Florestais, da câmara municipal e dos operários, além das funções normais como vogais da comissão, compete especialmente o seguinte:

- a) Visitar a fábrica e fiscalizar a sua laboração, tomando conhecimento das suas necessidades, irregularidades e das providências para as remediar;
- b) Fiscalizar a escrituração da fábrica.

TÍTULO IV

Diversos

Art. 15.º Os aprendizes das oficinas de decoração são obrigados a frequentar, com aproveitamento, as aulas, pelo menos, de desenho da Escola Industrial de Guilherme Stephens.

Art. 16.º Os menores analfabetos são obrigados a frequentar a escola nocturna de instrução primária da fábrica.

Art. 17.º As importâncias provenientes do arrendamento dos terrenos da fábrica, da venda dos frutos das suas propriedades e da venda de artigos ou maquinismos incapazes de servir constituem receita da fábrica.

Art. 18.º É proibido vender ou ceder a favor de qualquer pessoa ou entidade terrenos ou dependências da fábrica, sem prévia autorização do Governo.

§ único. Exceptua-se o arrendamento anual dos terrenos disponíveis para explorações agrícolas.

Art. 19.º Os contratos de arrendamento serão feitos segundo as leis em vigor, com voto favorável da comissão consultiva.

Paços do Governo da República, 13 de Julho de 1928.—O Ministro do Comércio e Comunicações, *José Dias de Araújo Correia*.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral dos Serviços Centrais

Repartição do Pessoal Civil Colonial

Decreto n.º 15:717

O decreto n.º 14:568, de 12 de Novembro de 1927, determinado pela necessidade de utilizar e prover tam rapidamente quanto possível o grande número de funcionários adidos dos quadros coloniais e no propósito de uma forte compressão de despesas, prescreveu medidas especiais para a colocação desse pessoal.

Entre as providências adoptadas, a do artigo 9.º desse diploma refere-se especialmente aos auditores fiscais adidos e determina que sejam colocados «nas primeiras vagas que ocorrerem nos lugares de directores de fazenda provinciais alternadamente com os directores de fazenda provinciais adidos, conservando porém nesta situação os vencimentos que lhes estão atribuídos, e começando por eles a nomeação».

O quadro de directores de fazenda provinciais é um quadro comum a mais de uma colónia, constituído por funcionários a quem compete desempenhar em comissão o cargo de director de Fazenda de cada colónia, nos termos das disposições legais vigentes que não foram alteradas por aquele decreto n.º 14:568.

A disposição deste último diploma, acima citado, limitou-se a promover a rápida colocação dos auditores adidos, abrindo-lhes logo para esse fim o ingresso nas primeiras vagas que se dessem no quadro de directores de fazenda provinciais, sem designar especificadamente qual a comissão que lhes seria distribuída de entre aquelas cujo desempenho compete aos funcionários desse quadro comum, distribuição que era e continua legalmente sendo da competência do Ministro das Colónias.

Desta forma, o artigo 9.º desse diploma não anulou ou sequer limitou a faculdade e ampla liberdade atribuídas ao Ministro das Colónias para a colocação ou transferência, de uma colónia para outra, dos funcionários daquele quadro comum consoante lho aconselharem as conveniências de serviço, as condições especiais de cada caso e as razões superiores da administração pública.

Assim foi interpretado o citado artigo 9.º pela repartição competente do Ministério das Colónias quando e logo que se deu a primeira desligação de serviço de um funcionário do quadro de directores de fazenda provinciais, e assim foi providenciado, determinando-se a colocação de um auditor adido que nesses termos ingressa no referido quadro comum.

Todavia, apesar disso e do exposto, surgiram dúvidas na interpretação da citada disposição, pelo que o Governo reconhece a conveniência de a esclarecer definitivamente por diploma competente, por forma a afastar erradas interpretações que possam conduzir a qualquer injustiça ou impedir o exercício da plena acção governativa, que cumpre sempre manter.

Nestes termos:

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º da decreto

n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Subsiste em pleno vigor para todos os efeitos legais o artigo 9.º do decreto n.º 14:568, de 12 de Novembro de 1927, entendendo-se que essa disposição determina a colocação dos auditores fiscais adidos nas primeiras vagas que ocorrerem no quadro de directores de fazenda provinciais, sem especificar a comissão de serviço em que devem ser providos, continuando a ser da competência do Ministro das Colónias, nos termos das disposições legais vigentes, a distribuição dos directores de fazenda provinciais pelas comissões de serviço cujo exercício lhes compete.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr.

Para ser publicado nos «Boletins Officiais» de todas as colónias.

Dado nos Paços do Governo da República, em 12 de Julho de 1928.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*José Vicente de Freitas*—*José da Silva Monteiro*—*António de Oliveira Salazar*—*Júlio Ernesto de Moraes Sarmiento*—*Antbal de Mesquita Guimarães*—*António Maria de Bettencourt Rodrigues*—*José Dias de Araújo Correia*—*José Bacelar Bebiano*—*Duarte Pacheco*—*Joaquim Mendes do Amaral*.

Direcção Geral das Colónias do Oriente

1.ª Repartição

3.ª Secção

Decreto n.º 15:718

Atendendo ao que requereu a sociedade anónima Compagnie Cottonnière du Mozambique, legalmente constituída na Bélgica e com sede em Bruxelas, pedindo a aprovação dos seus estatutos para poder legitimamente exercer a sua indústria e comércio nas colónias portuguesas, designadamente na colónia de Moçambique;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta do Ministro das Colónias:

Hei bem decretar:

Artigo 1.º São aprovados os estatutos da sociedade anónima, com sede em Bruxelas, Compagnie Cottonnière du Mozambique, cuja tradução, feita por tradutor juramentado dos tribunais belgas, vai assinada pelo Ministro das Colónias.

Art. 2.º A referida sociedade, no tocante às suas relações com o Governo Português, o governo geral de Moçambique e o do território da Companhia de Moçambique, fica sujeita às mesmas regras que a sociedade anónima inglesa Mozambique Industrial & Commercial Company, designadamente às do decreto n.º 6:383, de 20 de Janeiro de 1920.

Art. 3.º Em tudo o mais que se relacione com a sua actividade, exercida ou a exercer no território da Com-